



X REUNIÓN DE ADMINISTRADORES DE PROGRAMAS ANTÁRTICOS LATINOAMERICANOS

26 al 30 de julio de 1999

Brasília - Brasil

TITULO: **CÓDIGO DE NAVEGAÇÃO NA ANTÁRTICA**

PAIS: **BRASIL**

PUNTO AGENDA: **16**

PRESENTADO POR: **HERZ AQUINO DE QUEIROZ**

DOCUMENTO N°: **017**

SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO

CÓDIGO DE NAVEGAÇÃO NA ANTÁRTICA

A Organização Marítima Internacional (IMO) pretende adotar formalmente, em sua assembléia do ano 2001, o Código de Segurança para Navios que Operam em Águas Polares, o “Polar Code”, que tem o propósito de harmonizar as regras de construção e aumentar a segurança dos navios e a proteção ambiental nas regiões polares.

Na XXII Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (ATCM XXII-Tromsø, 1998) foi aprovada resolução recomendando que as Partes se manifestassem individualmente por intermédio de seus representantes governamentais na IMO, de forma a contribuir com a revisão do Código, além de solicitar ao COMNAP a compilação de dados referentes aos navios que operam na Antártica e ao treinamento aplicado pelos operadores às tripulações desses navios, para apresentação na reunião de 1999.

A XXIII ATCM (Lima, 1999), reconhecendo que o projeto do referido código se baseia fundamentalmente nas atividades de navegação no Ártico, não reconhecendo as peculiaridades da navegação antártica, do seu meio ambiente e do regime político da Antártica, aprovou a Decisão 2, cujos pontos principais são:

- dar prioridade ao desenvolvimento do Guia para Navegação Antártica e atividades relacionadas ao artigo 10 do Anexo IV ao Protocolo de Madri;

- buscar a adoção desse guia pela IMO, como meio de abranger um maior número de países; e
- convocar uma reunião de especialistas para desenvolver a proposta do Guia para Navegação Antártica.

O XXIII ATCM/WP 40, apresentado pelo Reino Unido, sugere quatro opções para decisão da reunião. O Programa Antártico Brasileiro concorda que se deva buscar uma solução na qual, o Código a ser aprovado contemple duas seções distintas, uma para cada região polar, ou ainda, que hajam dois códigos diferentes, um para o Ártico e outro para a Antártica.

É importante que os APAL estejam representados na reunião a ser realizada em Londres, no próximo ano, por especialistas em construção naval, direito internacional e navegação na Antártica.

Independentemente de reconhecer a importância fundamental das condições de segurança da navegação e da preservação do meio ambiente antártico, não se pode deixar de observar as condições de viabilização econômica da proposta apresentada, tornando-a acessível à todas as Partes Consultivas.